

LEITURAS DE UM BRASIL EM MUDANÇA: CIENTISTAS SOCIAIS, CONJUNTURA POLÍTICA E A DEMOCRACIA BRASILEIRA¹

READINGS OF A CHANGING BRAZIL: SOCIAL SCIENTISTS, POLITICAL CONJUNCTURE AND BRAZILIAN DEMOCRACY

Fernando Perlatto²
Diogo Tourino de Sousa³

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre o “retorno” do interesse dos cientistas sociais brasileiros pelas análises de conjuntura ocorrido nos últimos anos. Busca-se, em um primeiro momento, examinar as características que definem uma análise de conjuntura. Em seguida, objetiva-se analisar de que maneira as ciências sociais brasileiras – em especial, a sociologia e a ciência política – historicamente interpretaram as análises de conjuntura, com o intuito de demonstrar o distanciamento que ocorreu, ao longo das décadas de 1990 e 2000, em relação a este tipo de abordagem. Por fim, busca-se analisar o “retorno” do interesse dos cientistas sociais pelas análises de conjuntura, relacionando este movimento às transformações e às crises políticas e sociais que ocorreram no país ao longo dos últimos anos.

Palavras-chave: Cientistas sociais. Interpretação do Brasil. Conjuntura política. Democracia.

- 1 O presente artigo foi originalmente elaborado para apresentação nas atividades do Seminário Temático “Intelectuais, democracia e dilemas contemporâneos”, durante o 40º Encontro Anual da ANPOCS, entre 24 e 28 de outubro de 2016. Os autores agradecem aos professores Rubem Barboza Filho (UFJF) e Luiz Werneck Vianna (PUC-Rio) pela acolhida da proposta, bem como professor Milton Lahuerta (UNESP) pela oportunidade de diálogo à época.
- 2 Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ e Professor Adjunto de História Contemporânea da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. Email: fperlatto@yahoo.com.br
- 3 Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil. Email: diogotourino@hotmail.com

ABSTRACT

This article aims to investigate the “return” of the interest of the Brazilian social scientists in the analysis of conjuncture, which occurred in recent years. Firstly, it seeks to examine the characteristics that define a conjuncture analysis. Following, it analyzes how the Brazilian social sciences – in particular, the Sociology and the Political Science – have historically interpreted the conjuncture analysis, in order to demonstrate the remoteness that has occurred through the decades of 1990 and 2000 to this kind of approach. Finally, it analyzes the “return” of the interest of the Brazilian social scientists in the analysis of conjuncture, relating this movement to the transformations and the political and social crises that have occurred in the country over the last years.

Keywords: Social scientists. Interpretation of Brazil. Political conjuncture. Democracy.

Introdução

A tarefa de interpretar o Brasil, tendo em vista os acontecimentos do tempo presente, tem sido um desafio a animar a *intelligentsia* brasileira desde tempos iniciais. Basta pensar em nomes tão diversos, como José Bonifácio, Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Raymundo Faoro, para se constatar que, não obstante as diferenças de suas abordagens, esses intelectuais procuraram, ao longo dos anos, inquirir a nação a partir de um olhar na longa duração que levasse em conta as transformações que tinham curso no momento vivido, de sorte a identificar os principais desafios que se colocavam para o país nos contextos específicos. Nesse sentido, quer seja em abordagens mais conservadoras, quer seja em perspectivas mais progressistas, esses intelectuais, olhando as mudanças no tempo presente, procuraram construir argumentos sobre aquilo que somos e sobre aquilo que deveríamos nos tornar em aberto diálogo acerca das questões presentes na agenda pública à época (PERLATTO; SOUSA, 2010).

Vista dessa perspectiva, portanto, tais interpretações da conjuntura, isto é, as leituras sobre o tempo presente, nunca se encerraram apenas no âmbito analítico, tendo, antes, a pretensão de construir orientações normativas sobre as mudanças e reformas necessárias a se fazer no sentido de assegurar determinado sentido ao andamento da modernização brasileira. Em outras palavras, tais autores ocuparam-se mais da disputa pelo sentido dos acontecimentos, buscando dirigir os fatos, do que propriamente da construção de análises descritivas e pretensamente neutras sobre a realidade brasileira. Se essa preocupação normativa com o tempo presente é uma marca mais geral do chamado pensamento social brasileiro, ela tem sido também uma característica acentuada das ciências sociais no Brasil, desde seu processo de institucionalização, mas com nuances ao longo do seu andamento, conforme argumento aqui tratado.

O presente artigo procura, assim, refletir sobre as transformações das análises de conjuntura nas ciências sociais brasileiras, com foco especialmente sobre a sociologia e a ciência política. O texto se divide em três partes: em um primeiro momento, é realizada uma discussão mais geral sobre as definições em torno da análise de conjuntura, com o intuito de refletirmos sobre suas principais características e o que a distingue analítica e retoricamente de outros tipos textuais. Na segunda parte, é apresentada uma análise de longa duração sobre a inteligência nacional com o intuito de discutir de que maneira as ciências sociais brasileiras se mostraram, desde seu momento inaugural, preocupadas com a conjuntura brasileira, e de que forma seu processo de institucionalização nas universidades implicou em um enfraquecimento da dimensão normativa das análises dos cientistas sociais. Partimos, assim, da hipótese segundo a qual, sobretudo a partir da década de 1990, a busca por uma suposta objetividade analítica, em consonância com a dominância de modernos métodos de pesquisa e análise dos dados, contribuiu para a

conformação de um cenário no qual a leitura da conjuntura estivesse atrelada aos pressupostos da comprovação quantitativa, abrindo mão de apreensões mais imaginativas e normativas da realidade. Ao lado disso, o processo de institucionalização ampliou o hiato entre a reflexão intelectual avançada no interior das universidades, impondo, por exemplo, marcadores internalistas de sucesso, manifestos na cobrança de índices de produtividade, fazendo com que a inteligência brasileira ali presente conservasse razoável distanciamento das pautas públicas e dos seus enfrentamentos.

Em um terceiro momento, buscaremos analisar o que diagnosticamos ao longo dos últimos anos como uma espécie de “retorno” das análises de conjuntura nos trabalhos de vários cientistas sociais brasileiros. Em tempos recentes, as análises de conjuntura voltaram à tona ancoradas em interpretações sobre o Brasil, que em um formato mais ensaístico e recorrendo, quase sempre, a formas não disciplinares de discussão, têm procurado compreender os avanços, limites e dilemas da democracia no país. Se a reflexão intelectual esteve, a partir da segunda metade dos anos 1990 até o início dos anos 2000, circunscrita prioritariamente ao modo de operar próprio da ciência social institucionalizada, o argumento aqui em curso mostra como o esforço de recuperação de uma perspectiva mais analítica e imaginativa vem ocupando variados trabalhos dos praticantes da sociologia e da ciência política em anos recentes, o que atesta o “retorno” de um modo textual, mas também de uma tomada de posição ante os acontecimentos presentes.

As marcas da análise de conjuntura

O historiador Eric Hobsbawm é responsável por uma das mais impressionantes narrativas sobre o século XX, nos legando os contornos de uma época de aceleradas e dramáticas transformações,

cercada por questões e impasses que ainda incomodam a inteligência contemporânea. O clássico *Era dos Extremos* (HOBSBAWM, 1995) traz, todavia, outra marca importante para o argumento aqui avançado: trata-se de um livro sobre a história vivida, sobre o tempo presente.

Nesse sentido, ao discutir o ofício do historiador que se ocupa do seu próprio tempo, Hobsbawm (1995) nos lembra sobre o caráter indestrutível do passado para os homens da sua geração, nascida em uma época onde, segundo o autor, os logradouros conservavam nomes de homens e acontecimentos públicos, os tratados de paz eram assinados e careciam de identificação, e os memoriais de guerra lembravam acontecimentos passados. Em suas palavras,

[...] os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas. Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho (HOBSBAWM, 1995, p. 14)

A lembrança do historiador, ele nascido em 1917, aponta, com efeito, para uma direção incômoda: a dos desafios postos ao observador presente no exercício de identificar, ante os fatos ordinários, as marcas das transformações que estão por vir. Ainda que o sentido dos acontecimentos seja passível de disputas e reconstruções, característica que o próprio Hobsbawm (1995) reconhece, é perturbador imaginar que a leitura sobre o tempo presente comporte um perigo maior de incertezas. Em outras palavras, o fio solto que entrelaça vida privada

e vida pública, dotado de sentido mais seguro apenas ao olhar retrospectivo do historiador, pode embaçar leituras sobre o presente, tornando episódios significativos algo irrelevantes, ou mesmo fazendo com que manchetes de jornal passem despercebidas. Essa parece ser, em tom autobiográfico, a lembrança de infância de Hobsbawm.

Reforçar as dificuldades inerentes à leitura do tempo presente não deve, porém, promover um relativismo irrestrito, nem ao menos pode impedir a disputa pelo sentido dos acontecimentos. Esta é, de alguma forma, a principal marca do que aqui entendemos por análise de conjuntura, exercício caro à inteligência nacional, e compõe o centro da proposta de definição em curso⁴. Nessa direção, ainda que algo já tenha sido produzido, seja no sentido de propor métodos adequados para o seu exercício, seja com o propósito de elencar aspectos adicionais de definição para o enquadramento do gênero, a definição mínima do que é análise de conjuntura cumpre os propósitos do argumento aqui avançado.

Trata-se, dessa forma, da proposta de apreensão da análise de conjuntura como um exercício onde o analista produz uma espécie de “história” do tempo presente, abrindo a disputa pelo sentido dos acontecimentos, ora alimentando a crença de que é capaz de guiar os fatos, ora apontando o fatalismo de determinados processos em curso. Conforme o presente texto sustenta, a inteligência nacional traz a constância dessa prática ao longo de sua história, encontrando momentos de maior ou menor expressão a partir dos processos de

4 A associação entre história do tempo presente e análises de conjuntura cobra, por certo, melhores aproximações. Todavia, para os propósitos do presente texto, basta a menção ao argumento de fundo presente na provocação de Hobsbawm, a saber, a dificuldade de apreensão dos acontecimentos imediatos, sempre carentes de inscrição de contextos de longa duração. Importa aqui, sobretudo, o reconhecimento da dificuldade de leitura do tempo presente ou dos acontecimentos da conjuntura, quase sempre opacos ao observador contemporâneo.

institucionalização acadêmica, por um lado, e do andamento do processo de modernização do país, por outro.

Isso não significa, porém, que o exercício tenha sido acompanhado de uma correspondente discussão sobre seu fazer. Assim, ainda que produzir análises de conjuntura seja uma prática amplamente difundida na inteligência nacional, não se pode dizer o mesmo acerca das discussões sobre o que define a prática, ou mesmo sobre o seu sentido particular a partir dos contextos em que ocorre. Ao menos no que diz respeito ao volume dos trabalhos produzidos com esse propósito, tal constatação parece ser acertada.

Autores como Alves (2008) e Cruz (2000) buscaram apresentar um método para a construção de análises de conjuntura. Dessa forma, o exercício é pensando como um mapa de leitura da realidade, não em suas partes, mas no seu conjunto. Alves (2008, p. 1) afirma que “a análise de conjuntura deve buscar dimensionar as forças que participam da dinâmica social estabelecendo quais alternativas de atuação dentro desta realidade, não sendo nem uma utopia, nem uma ‘distopia’”. O autor tem como foco a discussão econômica, propondo seu entendimento a partir de dicotomias como “conjuntura” e “estrutura”, “estrutural” e “institucional”, “tática” e “estratégia”, sem supostamente incorrer no engano da imparcialidade. Segundo ele,

A análise de conjuntura não deve se basear numa atitude reativa, mas deve ser proativa e propositiva, sem cair, porém, no extremismo ou no moderantismo. Ela deve saber “medir” a velocidade da dinâmica social para não ficar atrás dos acontecimentos, nem à frente da realidade. A análise tem que ser tempestiva, isto é, tem que ser apropriada para cada tempo histórico e par cada formação social concreta. O anacronismo consiste em fazer proposta intempestivas, isto é, fora do seu tempo. Os extremistas e voluntaristas são aqueles que querem antecipar os fatos sociais e dar um rumo para o movimento de massas, como se os dogmas subjetivos fossem capazes de superarem as condições objetivas e a marcha concreta da história.

Já os moderantistas e imobilistas são aqueles que ficam aquém das possibilidades históricas do movimento social. Portanto, a atuação política precisa sempre achar o ritmo correto da marcha, pois qualquer aceleração pode levar ao esquerdismo (vanguardismo) e qualquer desaceleração pode levar ao direitismo (conservadorismo) (ALVES, 2008, p. 10-11).

A despeito do reconhecimento da impossibilidade da neutralidade, o autor parece não avançar uma reflexão mais cuidadosa sobre a relação entre o ator e os fatos. Isso porque, ao negligenciar o elemento prescritivo das análises de conjuntura, Alves (2008) parece desconhecer a disputa pelo sentido dos acontecimentos como a principal característica das análises de conjuntura. O “ritmo correto da marcha” por ele reclamado, e que permite classificar determinadas leituras como “vanguardismo” ou “direitismo”, parece ser, conforme sustentamos há pouco, franqueado apenas ao observador retrospectivo sem, todavia, excluir a interpretação que ele próprio carrega.

Cruz (2000) propõe, em sentido análogo, algumas pistas para a construção de um método adequado. Seu argumento apresenta grau maior de elaboração ao reconhecer o dissenso como marca dos exercícios de conjuntura. Diante disso, ele sugere que

Uma opção seria a de tomar um autor reconhecidamente importante que tenha se dedicado a esse tipo de atividade e, no cotejo de suas indicações específicas sobre a mesma, os exercícios práticos que tenha realizado e do quadro geral de seu pensamento, empreender um esforço concentrado de análise (CRUZ, 2000, p. 147).

Dessa forma, o autor elenca seis questões que emergiriam nesse percurso: (1) quais são as relações entre as diferentes esferas do social? (2) Quais são as relações entre os atores envolvidos? (3) Quais são os recursos de poder relevantes nas disputas em curso? (4) Como é pensada a prática política? (5) Qual é a relação entre os fenômenos

micro e macro? E (6) em que medida é trabalhada a comunicação política entre os atores? (CRUZ, 2000, p. 149-151).

Assim como em outros trabalhos, a omissão de Cruz acerca das propostas de definição sobre o que é fazer análise de conjuntura realizada em momentos anteriores figura, com efeito, como uma fragilidade. Em outras palavras, o texto parte do diagnóstico semelhante acerca da inexistência de indicações sobre tal exercício, afirmando que, no tocante ao tema, “o silêncio impera” (CRUZ, 2000, p. 146).

A alegada ausência de reflexão acerca dos modos de fazer análise de conjuntura encontra, porém, no ensaio de Luiz Werneck Vianna, “Ator, tempo e processo de longa duração em análises de conjuntura”, publicado em 1991, um virtuoso esforço de isolar, a partir de exercícios notórios de produção de inteligência sobre a conjuntura, elementos analíticos que possibilitem a compreensão do que é fazer análise de conjuntura. É assim, no exemplo em questão, que o autor se concentra na relação entre ator, tempo e processos de longa duração, examinando os argumentos clássicos de Maquiavel, Tocqueville, Marx, Lênin, Gramsci, dentre outros (VIANNA, 1991). Curiosamente, Vianna realiza exatamente o percurso reclamado por Cruz alguns anos depois, demonstrando, por um lado, o desconhecimento da investida inicial, e, por outro, a originalidade do estudo em questão.

Em consonância com a definição aqui proposta, Vianna entende a conjuntura não como um “ser, mas como um “estar”, no qual a intervenção política racional antecede o discurso científico, relacionando de modo íntimo ator, tempo e processo, sem impor ao exercício de interpretação do presente a ausência de prescrição como característica definidora. Assim, segundo o autor,

[...] a conjuntura não se apresenta como o lugar em que o real se faz transparente, derivação de algo oculto – fortuna, estrutura – que se manifesta ao ator concreto. Nela, o ator calcula, concebe o outro e sua intenção; age,

e ao agir antecipa as respostas que vai obter – prevê. Uma conjuntura somente existe no momento em que se concebe o cálculo originário que vai precipitar a ação. Realizada esta, ela muda de forma como nuvem – metáfora de muitos – porque sua natureza depende da interação dos diferentes cálculos e agires que se aplicam em torno de um objetivo comum. Neste sentido, uma conjuntura não se torna passível de coisificação, objeto de manipulação científica; ela não é externa ao ator e à sua vontade (VIANNA, 1991, p. 126).

Ao isolar os elementos eleitos para a discussão, Vianna aponta como as noções de ator e tempo são construídas a partir da percepção que se tem acerca dos processos de longa duração. Os atores constroem hipóteses distintas a partir dos processos de longa duração escolhidos, dado assumidamente arbitrário, o que não exclui o elemento factual da realidade, produzindo diferentes interpretações sobre a conjuntura e, por certo, concorrentes propostas de intervenção sobre a realidade. Ao lado disso, seu argumento inclui a própria interpretação como parte do processo, convidando a noção de disputa pelo sentido dos fatos para a definição.

Nessa direção, Vianna expõe a pluralidade de interpretações a partir do exame de um conjunto de obras clássicas. Em Maquiavel, por exemplo, a leitura do mundo da política implica certa reação de externalidade com o mundo, manifestando um intérprete que almeja influenciar os atores. O analista da conjuntura sabe que não pode agir em nome próprio. Daí seu tom persuasivo com o propósito de convencer os grandes a agir: “o analista se apresenta como externo e estruturalmente diverso do ator, e é ele quem pretende criar a própria figura do criador” (VIANNA, 1991, p. 132).

Contrariamente, em Tocqueville o analista pode e deve ser o ator, desejoso de controlar os processos em curso. Ainda assim, Tocqueville manifesta razoável pessimismo acerca da eficácia da sua ação. Logo, a impossibilidade de calcular o tempo leva o ator a

se resignar ante a incapacidade de intervir: “1848 consiste no fato dramático que impõe a conclusão de que, sem poder calcular o *tempo* em que sua ação poderá intervir, o *seu* ator se esvazia de substância. Ele poderá compreender, mas não agir sobre o rumo dos acontecimentos” (VIANNA, 1991, p. 137).

Marx, por sua vez, elege processos de longa duração que desfocam a política em suas possibilidades de potência transformadora do mundo. Vianna nos mostra como persiste na obra do autor o tema da sociabilidade e o primado da emancipação social sobre a política:

A vontade, elemento essencial à constituição da *virtù* em Maquiavel, e que reclamava um ator tenso em perpétua porfia com suas circunstâncias, deixa de exercer, em Marx, papel de determinação em sua posição no mundo. Ele é dinamizado pelo social, sua própria forma é dada por ele e não por uma autoconstrução ascética e heróica. E, como seu ator é natural à história, a lógica e o movimento desta não o contrariam a longo prazo. Ele tem o tempo do mundo, e não é ele quem cria as condições para si; elas, ao contrário, é que *gritam* para ele o momento da sua intervenção (VIANNA, 1991, p. 140).

Em Marx, analista e ator são distintos, ainda que ambos tenham papel decisivo na ação. Ao passo em que o ator é povoado por demandas imediatas, as exigências do analista provêm da ciência. Ao analista cabe a “teoria revolucionária”. Ao ator, o papel heroico no processo. Lênin, por sua vez, entende o ator como constitutivo do real, não externo a ele, retomando a potencialidade criadora da intervenção política.

Mas será Gramsci quem, conforme aponta Vianna, conceituará o que vem sendo descrito como “processos de longa duração”. Segundo ele, existem movimentos orgânicos numa estrutura, movimentos que “se indicariam por uma relativa permanência, qualidade que os distinguiria dos elementos conjunturais, apresentados como ocasionais, imediatos, quase acidentais” (VIANNA, 1991, p. 151).

Os processos de longa duração são, com efeito, conhecidos em duas chaves: estabilização e crise. Tal concepção produz, assim, a desqualificação da noção de conjuntura, visto que Gramsci distancia sua ação do imediato, do acidental. Teríamos, em outras palavras, um “tempo curto” em política, que responderia pela conjuntura, ao passo em que sua atenção estaria voltada para o “tempo longo”, os processos orgânicos.

Gramsci é responsável, ainda, por uma interessante caracterização do ator a partir do comprometimento com o agir, apontando aquilo que até aqui discutimos a partir da noção de disputa pelo sentido:

Como um criador em ação, o político, longe de um “leitor” que se dedica à decifração do texto da conjuntura, vive sob a paixão tensa de violar a “lei dos grandes números” – o estatisticamente possível. O ato de previsão não pode ser reduzido à tentativa de “determinação de leis de regularidade do tipo das que regulam as ciências naturais”. A história, como a filosofia em ato, consiste numa manifestação da política – o terreno do seu ator é o do *dever ser*, e nisto se afasta do hiper-realismo do ator leniniano, envolvido num jogo de regras conhecidas e com desenlace previsto no curtíssimo prazo e que precisa ganhar a fim de não perder tudo (VIANNA, 1991, p. 154-155).

Vianna nos mostra como Gramsci recupera a alegoria do “Centauro” presente em Maquiavel, aludindo à dupla natureza do fenômeno político para sugerir que o ator deve abertamente optar pelo mediato em detrimento do imediato, pelo consentimento ao uso da força.

Longe de esgotar o argumento presente no ensaio de Vianna, importa, aqui, atentar para sua discussão sobre *a análise de conjuntura como um exercício interessado*. Ainda que os processos de longa duração eleitos no exercício de interpretação possam variar, alternando, por conseguinte, as noções de ator e tempo, o entendimento da conjuntura

transparece um incontornável elemento prescritivo. Não acaso, o próprio Vianna aponta, diagnóstico próximo ao aqui desenvolvido, o surgimento de publicações “desinteressadas” como produtos destinados a um ator específico:

1) o analista pode se tornar “ator” na medida em que se faz instrumento da socialização da política – ele não visa a um ator formal, mas ao público –, “ensinando a quem não sabe” e promovendo maior nível de transparência ao conhecimento que a sociedade tem de si mesma; 2) o analista sem paixão se defronta, espetacularmente, com o real, reduzindo-se a análise à quantificação de dados sobre variáveis sociais ou ao mapeamento fotográfico de uma situação, sem qualquer formulação de hipóteses que possa trair a sua paixão particular; aqui, ele evita a confusão de papéis, e sua intenção é a de servir a um, sem o ônus de ter de reconhecer isto, ou à generalidade dos atores (VIANNA, 1991, p. 168).

Conforme o argumento aqui em curso, o processo de institucionalização das ciências sociais teria, num dado momento, produzido esse tipo de analista destacado por Vianna, a saber, o “analista sem paixão”. Todavia, o andamento do processo de modernização da sociedade brasileira teria, de alguma forma, feito ressurgir o *analista interessado*, que mesmo destoando acerca dos processos de longa duração, entende seu papel na produção da interpretação como a disputa pelo sentido dos acontecimentos, expondo uma complexa relação entre o ato e o tempo.

Ciências Sociais, institucionalização e a conjuntura brasileira

As ciências sociais no Brasil estiveram atravessadas, desde sua hora inaugural, pela tensão entre a produção de um conhecimento pretensamente objetivo e neutro da realidade social e uma reflexão mais normativa orientada para a intervenção e a transformação na conjuntura política brasileira. A trajetória de Florestan Fernandes é

bastante exemplar desta tensão. Tendo se conformado como a figura chave do movimento orientado no sentido de converter a sociologia em uma disciplina científica, especializada, neutra e objetiva, rigorosa metodologicamente, distante daquilo que concebia como diletantismo ensaísta do conhecimento “pré-disciplinar”, a obra de Florestan, a despeito da retórica, esteve marcada, desde o seu início, por uma forte preocupação com questões relacionadas à conjuntura social e política brasileira.

O debate travado entre Florestan e Guerreiro Ramos sobre a sociologia no âmbito do II Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, em 1953, é ilustrativo desta tensão, uma vez que evidencia a preocupação de Florestan em erigir uma determinada forma de conhecimento pautada por uma especificidade diferenciada daquela que regulava o ensaísmo, associado, por exemplo, aos autores vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este ponto fica especificamente claro em artigo publicado em 1958, intitulado “O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros” (1977). Não se tratava, para Florestan, de apartar a sociologia dos problemas sociais, mas sim de reafirmar a ideia de que, somente mediante o respeito a procedimentos científicos rigorosos, institucionalizados e universais, ancorados na formulação de teorias, hipóteses e comprovações empíricas corretas, seria possível à disciplina obter a especialização necessária para a construção de conhecimentos relevantes sobre a sociedade brasileira.

A despeito dos esforços de institucionalização da sociologia, as obras de Florestan Fernandes e de seus principais colaboradores uspianos – como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni – vão gradativamente, ao longo dos anos, se vinculando de forma cada vez mais significativa às questões mais candentes colocadas na conjuntura política do país. Especialmente a partir da década de 1950, as pesquisas da sociologia uspiana serão fortemente marcadas

por uma notável preocupação em vincular a produção sociológica a temáticas diretamente relacionadas à realidade brasileira. Se essas preocupações já aparecem com destaque nas pesquisas das décadas de 1950 e 1960 relacionadas à temática racial – que resultam em trabalhos como *Capitalismo e Escravidão Meridional no Brasil* (Fernando Henrique Cardoso) e *Integração do Negro na Sociedade de Classes* (Florestan Fernandes) –, elas ganharão ímpeto ainda mais significativo nos estudos sobre o processo de modernização e mudança social no Brasil e sobre os dilemas educacionais brasileiros – sendo exemplares nesse sentido os artigos que compõem, respectivamente, os livros de Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil* e *Educação e Sociedade no Brasil*, compostos por alguns textos de caráter marcadamente conjuntural.⁵

A partir dos anos 1960 e 1970, os cientistas sociais brasileiros passaram a se engajar de forma cada vez mais significativa nos debates conjunturais relacionados ao desenvolvimento do país e da América Latina. O processo de institucionalização da disciplina se dava *pari passu* a uma participação pública engajada nas discussões vinculadas à planificação e à busca da conformação da sociologia como uma disciplina aplicada, diretamente empenhada no planejamento racional das mudanças sociais almejadas na direção da modernização. Em uma chave reformista, mediante a influência da concepção de intelligentsia mannheimiana, com ecos da Escola de Chicago, a imaginação sociológica brasileira buscou se engajar nos debates mais centrais em torno da temática da mudança social e do subdesenvolvimento, com

5 É importante ressaltar que a inscrição dos sociólogos em torno destes dois temas – mudança social e dilemas educacionais brasileiros – não se deu apenas do ponto de vista teórico e intelectual, mas envolveu um engajamento direto, seja no projeto “A Empresa Industrial em São Paulo”, coordenado por Florestan no âmbito do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), que buscou se converter em um interlocutor da administração pública, dos empresários e dos sindicatos de trabalhadores na discussão sobre a industrialização e a modernização do país, seja no debate público sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

uma preocupação direcionada para mudanças que ocorriam naquela conjuntura específica na América Latina.⁶ Os artigos que compõem obras como *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, de Florestan Fernandes, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*, de Costa Pinto, são exemplares dessa agenda de preocupações.

A radicalização política do país nos anos 1960 e a experiência do golpe civil-militar de 1964 fizeram com que parte significativa dos sociólogos brasileiros direcionasse suas atenções mais decididamente para a compreensão de temas vinculados à conjuntura brasileira. O vaticínio de Florestan Fernandes, em sua obra *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, publicada em 1963, é simbólico nesse sentido ao afirmar: “a sociologia não valeria uma missa se não fosse possível associar a pesquisa sociológica à revolução democrática na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1976, p. 9). No início dos anos 1960, em um contexto marcado pela Guerra Fria e pela recente eclosão da Revolução Cubana, em 1959, durante o governo de João Goulart, com suas “reformas de base”, os temas da revolução e da reforma ganharam enorme importância na conjuntura política brasileira, reverberando na produção de variados cientistas sociais, como Wanderley Guilherme dos Santos – em obras como *Quem dará o golpe no Brasil* (1962) e *Reforma e Contra Reforma* (1963) – e Guerreiro Ramos, em trabalhos como *A Crise do Poder no Brasil* (1962) e *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1964). Mesmo uma obra como *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso, publicada em 1964, mais marcadamente acadêmica, buscava se engajar em debates concernentes ao campo da esquerda brasileira relacionados à reflexão

6 Sobre a influência de Mannheim e da “Escola de Chicago” na agenda reformista das ciências sociais, ver, entre outros: Vianna (2004).

sobre o papel da burguesia nacional frente à conjuntura de crise política que o país vivenciava.

Com o golpe civil-militar de 1964, diversos cientistas sociais se engajaram, por um lado, em compreender as razões que levaram àquele desfecho e, por outro, em interpretar as características daquele regime autoritário que se instaurara no país. A chamada “teoria do populismo” – que teve como seus principais expoentes Francisco Weffort (*O Populismo na Política Brasileira*) e Octavio Ianni (*O Colapso do Populismo no Brasil*), mas cujas interpretações estiveram presentes de forma explícita ou implícita em parte importante da produção intelectual das ciências sociais brasileiras dos anos 1960 e 1970 – é exemplar do primeiro movimento destacado, orientado para a construção de uma interpretação crítica aos sindicatos e partidos de esquerda e centro-esquerda, hegemonzados pelo PCB e PTB, na conjuntura dos anos 1960, defendendo, em contrapartida, a *ruptura* com a tradição nacional-desenvolvimentista. Ainda que olhando para o passado, sobretudo para a Era Vargas, os trabalhos ancorados na teoria populista tinham uma clara preocupação com a conjuntura, buscando intervir no debate sobre os rumos da esquerda naquele contexto específico.

Nos anos 1970, no contexto da ditadura, diversos trabalhos produzidos pelos cientistas sociais empreenderam análises macroestruturais para compreender a natureza do processo de modernização do país, com o intuito de decifrar o caráter do capitalismo autoritário que então vigia sob a ditadura. Tratava-se, em grande medida, de, naquele contexto repressivo, interpretar a história brasileira, sobretudo a Revolução de 1930, com olhos na conjuntura imediata do país, para compreender as relações entre moderno e atraso na “revolução burguesa brasileira”, que se reatualizavam na modernização autoritária da ditadura. Entre os trabalhos produzidos por cientistas sociais que desenvolveram abordagens nesse sentido,

vale citar *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista* (Francisco de Oliveira, 1972), *Politique et Développement Économique. Structure de Pouvoir et Système de Décision au Brésil (1930-1964)*, de Luciano Martins (1973), *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman (1975), *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, de José de Souza Martins (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna (1976), *The Agrarian Roots of Conservative Modernization*, de Elisa Reis (1976) e *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, de Wanderley Guilherme dos Santos (1978).

É importante destacar que, no contexto repressivo da ditadura civil-militar inaugurada em 1964, parte importante da produção das ciências sociais foi deslocada para institutos particulares, criados nos anos 1960 e 1970, com apoio de instituições internacionais, especialmente da Fundação Ford, com destaque para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Estes institutos lograram sucesso em impulsionar o processo de institucionalização das ciências sociais no país, sem, descuidar, contudo, de uma participação pública fundamental nos debates sobre a conjuntura política e social do país. Sobretudo a partir destes centros de pesquisa, a intelectualidade progressista, apresentando-se com a linguagem da ciência, buscou conciliar a institucionalização das ciências sociais com a intervenção política na esfera pública, a despeito da censura imposta pelo regime civil-militar (LAHUERTA, 2001).

Fundado oficialmente em 1969, em um contexto marcado pelo recrudescimento do regime militar, que culminou com a edição do Ato Institucional nº 5 no ano anterior, o CEBRAP logrou consolidar-se como um dos principais espaços de congregação de cientistas sociais dedicados a pensar o país, seus problemas e potencialidades.

Reunindo intelectuais de diversas origens e vocacionado desde a sua fundação para a construção interdisciplinar do conhecimento, seus pesquisadores buscaram aliar, no decorrer de sua trajetória, a preocupação com a construção metódica do conhecimento acadêmico com a intervenção na esfera pública, problematizando e enfrentando questões cruciais para o aprofundamento da democracia no país. Sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, o CEBRAP, que contava com o apoio da Fundação Ford para o desenvolvimento de suas atividades, se constituiu como um espaço em que se podia discutir pesquisa e política, em um contexto no qual o trabalho científico, com uma perspectiva crítica, não encontrava espaço nas universidades. Funcionando como um *locus* de sociabilidade, discussão teórica e reflexão de propostas críticas e alternativas ao regime militar, o CEBRAP inseriu-se no debate público, inclusive tecendo relações próximas com organizações da sociedade civil e com a política institucionalizada (SORJ, 2001).

A inscrição pública do CEBRAP nos debates da conjuntura, ancorada em sua forte produção acadêmica, pode ser ilustrada em dois momentos específicos. Em primeiro lugar, vale destacar o estudo sobre as condições de vida da grande São Paulo, realizado para a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que resultou, em 1976, na publicação do livro *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, que teve o mérito de suscitar um debate público relevante sobre o tema da desigualdade social em um contexto dominado pela retórica oficial do “milagre econômico”. Alguns anos depois, em 1980, pesquisadores vinculados ao centro de pesquisas produziram outro trabalho de enorme destaque, intitulado *São Paulo: o Povo em Movimento*. Nesta obra, organizada por Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, foram reunidos variados artigos sobre a emergência dos movimentos sociais na capital paulista. Em segundo lugar, importa lembrar o estabelecimento de relações orgânicas por parte de

alguns intelectuais vinculados ao CEBRAP – com destaque especial, para Fernando Henrique Cardoso – com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), quando participaram ativamente da elaboração do programa político para a campanha eleitoral de 1974.

O CEDEC, por sua vez, foi criado a partir da saída de alguns intelectuais do CEBRAP, em meados da década de 1970, sob a liderança de Francisco Weffort. Articulando setores da tradição uspiana, críticos do “populismo” e da “tradição nacional-desenvolvimentista”, o CEDEC desempenhou um importante papel na elaboração de uma nova interpretação sobre o país, fazendo com que a ciências sociais, articulada com o mundo do trabalho, exercesse papel de destaque no debate público. Esta interpretação esteve intimamente associada à ideia da criação de um “novo sujeito político”, que seria organizado de maneira autônoma pela classe operária, exercendo, inclusive, grande influência quando da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (LAHUERTA, 2001). O CEDEC, de maneira geral, buscou conjugar o reforço da identidade acadêmica com a inscrição pública, organizando atividades orientadas para a discussão sobre a conjuntura brasileira, como o *Seminário Direito, Cidadania e Participação*, realizado em São Paulo, em junho de 1979, junto com o CEBRAP, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), e que resultou em publicação de mesmo nome voltada para o debate sobre temas que dominavam a agenda pública naquele contexto.

Já o IUPERJ nasceu em 1969 como uma instituição inicialmente voltada para o ensino de pós-graduação e pesquisa em ciência política, com participação decisiva em sua criação de intelectuais cujas formações haviam se dado principalmente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, e, posteriormente, nos Estados Unidos, como Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amaury de Souza e Olavo Brasil de Lima Jr. Apenas em 1973 o instituto

criou a área de Sociologia, com destaque para a participação, entre outros, de Edmundo Campos, Neuma Aguiar e Carlos Hasenbalg. O IUPERJ foi fundando sob a forte influência da ciência política norte-americana mais preocupado com a produção objetiva sobre as instituições brasileiras, guardando diferenças importantes, nesse sentido, com o CEBRAP e o CEDEC.⁷ Contudo, é inegável que mesmo a produção intelectual do IUPERJ se vinculou diretamente com conjuntura política brasileira, em especial com o tema da democracia política, as instituições representativas e seus procedimentos, tendo tido sucesso em constituir uma perspectiva intelectual centrada no tema institucional, que atuaria como base importante para a crítica ao regime militar. Apostando em uma consistente formação acadêmica, seus pesquisadores produziram diversos trabalhos ao longo dos anos voltados para a compreensão de temas prementes da vida democrática brasileira, como questões vinculadas ao comportamento do eleitor e à opinião pública, ao mundo do trabalho, às políticas públicas, à dinâmica dos três poderes, à modernização conservadora brasileira, à violência, à política científica, ao papel dos intelectuais, às forças armadas, às estruturas de governo, à pobreza e à desigualdade social.⁸

Ao analisar a trajetória de diferentes sociólogos nas décadas de 1970 e 1980, é possível dizer que foi justamente a profissionalização conquistada pela disciplina que lhes deu legitimidade para intervir publicamente, criticando as posturas do regime militar e tematizando novas questões na esfera pública. A defesa de seus interesses

7 A preocupação com o empirismo é evidente até mesmo no título da revista lançada pelo IUPERJ, em 1966, chamada *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Este perfil mais acadêmico fica claro quando se compara o perfil dos artigos publicados neste periódico com os das revistas do CEBRAP (*Estudos CEBRAP* e *Novos Estudos CEBRAP*) e do CEDEC (*Revista Lua Nova*).

8 No decorrer dos anos, o IUPERJ foi buscando consolidar de forma mais sistemática esta vertente voltada para a intervenção intelectual na esfera pública. Um exemplo notável deste esforço pode ser tomado pela publicação dos *Cadernos de Conjuntura*, que se constituía como um fórum permanente de debates sobre temas relacionados à conjuntura política brasileira.

materiais, as estratégias profissionais e a luta pela liberdade tornaram-se aspectos da mesma lógica para esta *intelligentsia* (PECAULT, 1990). Confirmando os traços de sua identidade manheimiana, atuando no plano da defesa das liberdades civis e públicas e agenciando recursos para suas linhas de pesquisa, através de parcerias com o governo, fundações estrangeiras e, eventualmente, com a sociedade civil (VIANNA, 2004), estes intelectuais – valendo-se de espaços como a *Revista da Civilização Brasileira* e o jornal *Opinião* – junto com setores da classe artística, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e outras entidades, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), bem como de alguns setores da Igreja Católica, constituíram “uma espécie de ‘partido’ difuso, comprometido com a democratização e com forte tendência oposicionista” ao regime militar (LAHUERTA, 2001, p. 58). Exemplares desse movimento foram os seminários do círculo de debates no Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, em 1978, cujos textos foram publicados pela Editora Vozes com o título *Conjuntura Nacional*, do qual participaram vários cientistas sociais e segmentos da sociedade civil, debatendo temas concernentes à conjuntura nacional relacionados especialmente ao processo de transição da ditadura à democracia.

Neste contexto da transição, diversos trabalhos, diretamente conectados à conjuntura política, foram produzidos com o intuito de compreender as características da democracia e da república em construção no país, a exemplo de *Autoritarismo e Democratização*, de Fernando Henrique Cardoso, *Nova República?*, de Florestan Fernandes e *Por que Democracia?*, de Francisco Weffort. A intensa mobilização dos movimentos sociais e a luta pela ampliação dos direitos políticos e sociais no final da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980 atraiu a atenção dos cientistas sociais, que investiram notáveis esforços para a compreensão da ideia de cidadania – a exemplo do influente trabalho

Wanderley Guilherme, *Cidadania e Justiça* – e das características dos novos personagens que entravam em cena, para dialogar com o título de um livro de Eder Sader publicado neste contexto. Algumas coletâneas são exemplares desse movimento, como *São Paulo, O Povo em Movimento* (Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant), *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo. Passado e Presente* (Lúcio Kowarick), *O Estado Autoritário e Movimentos Populares* (Paulo Sergio Pinheiro), *Direito, Cidadania e Participação* (Francisco Weffort, Bolívar Lamounier e Maria Victoria Benevides, 1981), *Economia e Movimentos Sociais na América Latina* (Fernando Henrique), *A Luta dos Loteamentos* (Luiz Antonio Machado) e *Movimentos Sociais na Transição Democrática* (Emir Sader).

A segunda metade dos anos 1980 foi marcada pelos embates que tiveram curso em torno da elaboração da nova carta constitucional para o país e diversos trabalhos de cientistas sociais foram publicados sobre este tema, sendo marcados não somente pelo esforço de compreender o processo político em curso, mas de intervir efetivamente no debate público sobre os rumos da Constituinte. Trabalhos como *O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre a Constituição* (Sergio Adorno), *Travessia. Da Abertura à Constituinte* (Luiz Werneck Vianna), *Democracia x Violência (Reflexões para a Constituinte)* (Paulo Sergio Pinheiro), *Quem é Quem na Constituinte* (Leôncio Martins Rodrigues), *A Transição. Da Constituinte à Sucessão Presidencial* (Luiz Werneck Vianna) são evidentes desse esforço reflexivo e normativo empreendido pelos cientistas sociais brasileiros. Este movimento explorado pelas ciências sociais não se encerrava no campo *per se*, mas buscava estabelecer um diálogo mais frutífero com outros atores da vida social e política do país. Obra exemplar que corrobora esta afirmação é a coletânea, organizada por Emir Sader e publicada em 1985, *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*, que conta com artigos de Raymundo Faoro, Ruy Mauro Marini, Claudio Abramo, Paulo Sérgio Pinheiro, Cardeal Paulo Evaristo Arns, Severo Gomes, Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari,

Márcio Thomaz Bastos, Theotonio dos Santos, Hélio Bicudo, Fernando Gabeira e Clóvis Rossi.

Ao longo das últimas décadas, as ciências sociais brasileiras passaram por transformações de enorme relevância, que contribuíram para que os estudos mais especificamente voltados para a conjuntura política imediata fossem perdendo força. Não que elas tenham desaparecido por completo e perdido inteiramente sua relevância, do que é a prova a realização anual de uma mesa dedicada ao tema no encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Em tempos mais recentes, já no contexto da redemocratização e da consolidação da democracia, após a Constituição de 1988, nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, as interpretações sobre a conjuntura nacional permaneceram como exercícios intelectuais relevantes no sentido de compreender os principais desafios colocados para a sociedade brasileira em cada contexto específico, do que são exemplares trabalhos como os de Luiz Werneck Vianna, *De Um Plano Collor a Outro* (1991), de Francisco de Oliveira, *Collor, A Falsificação da Ira* (1992), de Brasílio Sallum Junior, *Labirintos. Dos Generais à Nova República* (1996) e de Fábio Wanderley Reis, *Tempo Presente: do MDB a FCH* (2002), além da coletânea *Os Paulistas no Poder* (1995), organizada por Roberto Amaral.

Contudo, há que se ressaltar que, sobretudo na década de 1990 e no início dos anos 2000, as leituras de conjuntura, em uma forma mais ensaística, articuladas à construção de uma interpretação do Brasil, foram gradativamente perdendo espaço na produção dos cientistas sociais em decorrência do crescente processo de institucionalização da sociologia e da ciência política. Não se trata de dizer que as ciências sociais viraram as costas para a realidade brasileira. Pelo contrário. Os cientistas sociais continuam a desenvolver pesquisas e a formular questionamentos que orientam o entendimento público sobre temáticas

diversas, como meio ambiente, desigualdade social, racial e de gênero, desenvolvimento, religião, movimentos sociais e democracia.⁹ Porém, no curso do processo de institucionalização e de “americanização” das ciências sociais, para dialogar com Luiz Werneck Vianna (2004), apesar de ainda manter sua vocação pública, a preocupação mais imediata com a análise da conjuntura foi sendo secundarizada por outro tipo de olhar e aproximação analítica da realidade social, que, privilegiando tanto uma suposta objetividade analítica, em consonância com modernos métodos de pesquisa e análise dos dados quantitativos, em detrimento de abordagens mais ensaísticas, quanto uma análise mais fragmentada do social do que aquela referente à nação, contribuiu para a conformação de um cenário onde a leitura da conjuntura perdesse gradativamente espaço nas preocupações dos cientistas sociais.¹⁰

“Retorno” da conjuntura nas análises dos cientistas sociais

Se o processo de institucionalização das ciências sociais conduziu, salvo algumas exceções, a um afastamento da sociologia e da ciência política das análises mais conjunturais, este quadro tem se alterado significativamente ao longo dos últimos. Nesta seção, procuraremos explorar a hipótese segundo a qual temos testemunhado uma espécie de retorno às análises de conjuntura, ancoradas em interpretações sobre o Brasil, que em uma forma mais ensaística, têm procurado compreender os avanços, limites e dilemas da democracia no país. Recentes ensaios construídos por cientistas sociais brasileiros manifestam o retorno de uma perspectiva analítica que carrega a preocupação com uma participação mais efetiva no debate público

9 Sobre o tema ver, entre outros: Perlatto (2016).

10 Para uma reflexão sobre este tema no campo da ciência política brasileira e suas transformações, sob a influência da “revolução behaviorista”, rumo a uma orientação mais empírica, quantitativa, institucionalista e supostamente “objetiva”, em detrimento de um olhar mais normativo do político, ver: Lessa (2010).

do país, recorrendo, quase sempre, a formas não disciplinares de discussão. Seria possível, apenas à guisa de organização, separar de modo esquemático esta produção recente dos cientistas sociais sobre a conjuntura política brasileira em três grandes blocos, cada qual deles respondendo a uma temática privilegiada, a saber: (I) análise dos governos petistas, seus limites e contradições; (II) reflexão sobre as manifestações de junho de 2013 e seus impactos sobre a democracia brasileira; (III) crise do governo Dilma Rousseff e seu processo de impeachment.

Em relação ao primeiro bloco, é possível perceber uma profusão de importantes trabalhos publicados ao longo dos últimos anos dedicados à compreensão das principais características, heranças e desdobramentos dos governos petistas para o Brasil contemporâneo. Marcado por contradições de ordens diversas desde a sua origem – basta lembrar que Lula foi eleito tanto o resultado de uma ampla mobilização popular crítica ao projeto neoliberal, quanto como decorrência do pacto com as forças do mercado, via “Carta ao Povo Brasileiro” –, os dois mandatos de Lula inauguraram uma nova conjuntura política, que tem sido objeto de disputas teóricas e políticas entre os cientistas sociais sobre o seu real significado e acerca de seus principais desdobramentos. Como decorrência desse quadro, o esforço no sentido de decifrar o enigma do “lulismo” tem animado, nos últimos anos, diversos analistas da conjuntura brasileira do tempo presente, que, com base em perspectivas distintas e orientações políticas diversas, têm se debruçado para compreender o que o governo Lula significou em termos de avanços, limites, contradições, heranças e potencialidades.

De maneira esquemática, seria possível dividir as interpretações sobre o “lulismo” em dois grandes grupos: de um lado, estariam aquelas análises que têm construído diagnósticos mais positivos sobre a herança lulista e, de outro, leituras que tecem considerações mais

negativas sobre os anos petistas à frente do poder, enfatizando mais seus limites e aporias. Não obstante haja diferenças significativas entre as leituras do Brasil contemporâneo elaboradas pelos autores “pertencentes” a cada bloco, cujos trabalhos se constituem em leituras muito mais elaboradas e sofisticadas do que um esquema binário pode supor, e ainda que a maior parte dessas reflexões esteja atravessada pela percepção de elementos positivos e negativos, é possível sublinhar aproximações em suas concepções mais gerais acerca dos principais direcionamentos do projeto político implementado no decorrer do governo Lula.¹¹

No primeiro grupo, de interpretações positivas, que valorizam, entre outros aspectos, a ampliação das políticas sociais e a retomada da agenda nacional-desenvolvimentista pelos governos do PT, é possível encontrar nuances e gradações. Há desde obras com perspectivas claramente mais otimistas, quando não apologéticas, a exemplo de vários artigos que compõem a coletânea organizada por Emir Sader e Marco Aurélio Garcia, *Brasil: Entre o Passado e o Futuro* (2010), até obras com abordagens mais críticas e sofisticadas como as de André Singer, *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador* (2009), de Rudá Ricci, *Lulismo: Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira* (2010) e de Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros. Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* (2010). Outros trabalhos, ainda que reconhecendo muitos aspectos positivos dos governos petistas, procuraram enfatizar com mais força suas contradições e as continuidades com o passado, podendo ser, inclusive, situados no segundo bloco de leituras sugerido anteriormente, sobre as manifestações de junho de 2013, com destaque para as obras de Marcos Nobre, *Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática*

11 Para uma discussão mais detalhada sobre estas análises, ver, entre outros: Perlatto (2015).

ao Governo Dilma (2013) e José Maurício Domingues, *O Brasil entre o Presente e o Futuro. Conjuntura Interna e Inserção Internacional* (2013).

Já no segundo grupo, concernente a interpretações mais críticas e problematizadoras da experiência petista no poder, seria possível situar trabalhos que partem de perspectivas distintas, mas que convergem em um diagnóstico mais pessimista do legado “lulista”, enfatizando aspectos como as limitações das reformas realizadas pelos governos petistas e a cooptação dos movimentos sociais, especialmente dos sindicatos, com a consequente perda de sua autonomia frente ao Estado. Seria possível incluir neste grupo trabalhos como os de Ricardo Antunes, *A Desertificação Neoliberal no Brasil* (2004), de Luiz Werneck Vianna, *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana* (2006) e *A Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula* (2011), de Ruy Braga, *A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista* (2012), de José de Souza Martins, *A Política do Brasil Lúmpen e Místico* (2011), além da coletânea organizada, entre outros, por Francisco de Oliveira, intitulada *Hegemonia às Avessas. Economia, Política e Cultura* (2010).

Quanto aos trabalhos dedicados ao segundo bloco, referentes mais especificamente às manifestações de junho de 2013, diversas obras foram publicadas buscando compreender as motivações, pautas e agendas dessas mobilizações, bem como analisar o perfil de seus organizadores e daqueles que participaram das chamadas “jornadas de junho” e, sobretudo, compreender as facetas políticas e as consequências concretas desses eventos para a democracia brasileira. Entre as interpretações de junho de 2013, seria possível destacar, além das obras acima citadas de Marcos Nobres e José Maurício Domingues, os livros de Marco Aurélio Nogueira, *As Ruas e a Democracia. Ensaio sobre o Brasil Contemporâneo* (2013), de Paulo Arantes, *O Novo Tempo do Mundo* (2013), de Maria da Glória Gohn, *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo* (2014) e de Ruy Braga,

A Pulsão Plebeia: Trabalho, Precariedade e Rebeliões Sociais (2015), além de dossiês sobre a temática publicados em revistas da área, como *Novos Estudos Cebrap*, *Insight Inteligência*, *Le Temps Modernes* e *Boletim CEDES*, contendo artigos de cientistas sociais como Andre Singer, Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Jessé Souza, Angela Alonso, Marcos Nobre, Adalberto Cardoso, Breno Bringel, Fabiano Santos.

Já em relação ao terceiro bloco, relacionado a trabalhos mais diretamente vinculados à crise do segundo governo de Dilma Rousseff e seu processo de impeachment, é possível encontrar diversas publicações que procuraram interpretar as características da crise política recente do país e seus impactos e desdobramentos sobre a democracia brasileira. Dentre estes trabalhos, situam-se, de um lado, livros publicados no decorrer da intensificação da crise do governo Dilma Rousseff, a exemplo de *À Margem do Abismo: Conflitos na Política Brasileira* (2015), de Wanderley Guilherme dos Santos, *PT. Das Lutas Sociais ao PT no Poder* (2016), de José de Souza Martins, *Impasses da Democracia no Brasil* (2016), de Leonardo Avritzer, e a coletânea, organizada, entre outros, por André Singer, *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* (2016), e de outro, obras que vieram à luz já no contexto do andamento do processo de impeachment de Dilma Rousseff, com destaque para os trabalhos *Por que gritamos golpe?* (2016) – com textos de autores como Andre Singer, Armando Boito Junior, Luiz Felipe Miguel e Ruy Braga –, *A Resistência ao Golpe de 2016* (2016) – contendo, entre outros, artigos de autores como Leonardo Avritzer, João Feres Junior, José Maurício Domingues e Marcelo Neves –, *A Radiografia do Golpe* (2016), de Jessé Souza, *A democracia impedida* (2017), de Wanderley Guilherme dos Santos, *Caminhos da esquerda* (2017), de Ruy Fausto, *Esquerda: crise e futuro* (2017), de José Maurício Domingues e *Só mais um esforço* (2017), de Vladimir Safatle.

Mais do que discutir detalhadamente os argumentos dos livros pertencentes a cada um dos blocos acima destacados, nos interessa refletir por quais razões tem se dado este movimento mais consistente de “retorno” às análises de conjuntura por parte dos cientistas sociais brasileiros. Seria possível pensar em algumas hipóteses, sem quaisquer pretensões de exaurir o argumento, até mesmo pelo fato de estarmos analisando esta questão em meio ao próprio desenrolar do processo. Em primeiro lugar, não se pode deixar de ressaltar, é claro, a importância da própria conjuntura política do país como fator explicativo fundamental para a compreensão do “retorno” dos cientistas sociais às análises do tempo presente. Se o governo Lula, com seus avanços, limites e contradições, talvez pela própria trajetória de sua liderança e do PT como principal partido da esquerda brasileira, despertou uma maior atenção nos cientistas sociais para o tempo presente, o novo cenário que se abriu com as manifestações de junho de 2013 fez com que a conjuntura política se impusesse como agenda incontornável da análise de sociólogos e cientistas políticos. A conjuntura política parece ter se acelerado.

As “jornadas” de junho de 2013 e as mobilizações que tomaram as ruas do país em março de 2015 e março de 2016 contra o governo de Dilma Rousseff, a despeito de suas diferenças e particularidades, se configuraram como as maiores manifestações de rua na sociedade brasileira desde o “Fora Collor”, em 1992, consistindo em uma novidade importante na cena política do país, que não poderia passar despercebida pelas ciências sociais. E a própria crise política do governo Dilma, que se acelerou em uma velocidade inimaginável em poucos meses, lançando o Brasil em um redemoinho de acontecimentos e mudanças bruscas, também fez com que os cientistas sociais dedicassem uma atenção mais sistemática à conjuntura política do país. E, o ponto aqui a ser retomado, é que estas análises, formuladas no fluxo dos acontecimentos, ainda que pudessem estar ancoradas

em preocupações pretensamente “científicas” e objetivas, estavam todas elas atravessadas por fortes pretensões normativas, buscando se inscrever nas disputas políticas de modo a intervir nos rumos da crise que então se acelerava.

Um segundo aspecto a ser destacado, olhando mais internamente ao próprio campo das ciências sociais, se refere à importância que alguns textos seminais tiveram no sentido de reabrir e estimular discussões mais amplas entre os cientistas sociais sobre os rumos da conjuntura política do país. Destacam-se nessa perspectiva artigos como “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, de André Singer – publicado na revista *Novos Estudos Cebrap*, em 2009 e posteriormente incorporado ao seu livro *Os Sentidos do Lulismo* –, “Hegemonia às avessas” e “O avesso do avesso”, de Francisco de Oliveira, ambos publicados na revista *Piauí* – cujas reflexões foram desenvolvidas posteriormente na coletânea *Hegemonia às Avessas*, anteriormente mencionada –, “O Estado Novo do PT”, de Luiz Werneck Vianna, publicado no site *Gramsci e o Brasil* – incorporado, tempos depois, ao livro *A Modernização sem o Moderno* – e “O fim da polarização”, de Marcos Nobre – publicado pela primeira vez na revista *Piauí*, cujos *insights* foram posteriormente refinados para o livro *Imobilismo em Movimento*. Sem entrar propriamente na análise mais substantiva dos argumentos discutidos por estes autores, o fundamental aqui é perceber de que modo suas reflexões tiveram importância para estimular toda uma agenda de publicações e debates sobre a conjuntura brasileira, na qual diversos cientistas sociais se engajaram diretamente.

Um terceiro elemento a ser enfatizado no que concerne a este processo de “retorno” às análises de conjuntura diz respeito a mudanças que se processaram na própria esfera pública, relacionadas especialmente à conformação da internet como um espaço importante de intervenção pública por parte de vários cientistas sociais. Se é correto dizer que os jornais impressos permaneceram como espaços

de destaque para a intervenção pública de vários cientistas sociais, que dão entrevistas e escrevem textos eventuais ou atuam como colunistas semanais ou mensais de periódicos de circulação nacional – a exemplo de Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira e José de Souza Martins, no jornal *O Estado de São Paulo*, de Marcos Nobres, no *Valor Econômico* e de André Singer e Angela Alonso, na *Folha de São Paulo* –, a internet, especialmente via redes sociais, como o Facebook, e blogs e revistas, se constitui de forma cada vez mais significativa como uma arena na qual os cientistas sociais têm buscado participar de forma mais efetiva dos debates relacionados à conjuntura nacional.

Conclusão

No decorrer deste texto, procuramos refletir sobre o “lugar” das análises de conjuntura nas ciências sociais brasileiras, focando especialmente os campos da sociologia e da ciência política. Buscamos demonstrar de que maneira as ciências sociais no país foram atravessadas, desde o momento fundacional, pelo dilema entre objetividade e normatividade, embora esta tensão nunca tenha sido completamente resolvida com um dos polos deslocando completamente o outro. Porém, ainda que a dimensão normativa tenha permanecido relevante na produção de vários cientistas sociais brasileiros ao longo dos últimos anos, o processo de institucionalização e de busca da produção de um conhecimento supostamente mais objetivo das realidades política e social ao longo das últimas décadas fizeram com que reflexões que tivessem mais ancoradas em preocupações normativas – a exemplo das análises de conjuntura – fossem relegadas ao segundo plano.

Nos últimos anos, contudo, como decorrência de uma série de transformações que buscamos investigar, houve uma espécie de “ressurgimento” das análises de conjuntura direcionadas à compreensão de diferentes aspectos da política brasileira, como os

governos petistas, as manifestações de junho de 2013 e a crise do governo de Dilma Rousseff e seu processo de impeachment, com todas as consequências daí advindas para a democracia brasileira. Procuramos demonstrar de que maneira essa conjuntura teria contribuído para a reparação daquilo que Luiz Werneck Vianna chamou de o “analista interessado”, preocupado em interpretar o tempo presente com o intuito de disputar o sentido dos acontecimentos. A tomar pelos rumos dos acontecimentos políticos que se sucedem em ritmo acelerado no país, é de se supor que o retorno do “analista interessado” não será breve, devendo ele ainda permanecer como um ator relevante não apenas para a compreensão, mas para a intervenção sobre os desdobramentos e caminhos da democracia brasileira.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Análise de conjuntura: teoria e método*. 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Teoria e método na análise de conjuntura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 72, p. 145-152, ago. 2000.

FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa Era de Revolução Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santana. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 14/15, n. 8, p. 53-95. 2001. (Cadernos Tempo de Ditadura).

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: _____ (Org.). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 13-49.

PECAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PERLATTO, Fernando. *A imaginação sociológica brasileira: a sociologia no Brasil e sua vocação pública*. Curitiba: CRV, 2016.

PERLATTO, Fernando. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 15, p. 256-272, jan./jun. 2015.

PERLATTO, Fernando; SOUSA, Diogo Tourino. Intelectuais, pensamento social e os embates sobre a interpretação do Brasil. *Locus*, Juiz de Fora, v. 30, p. 29-45. 2010.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. A institucionalização das ciências sociais e reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 195-242.

VIANNA, Luiz Werneck. Ator, tempo e processo de longa duração em análises de conjuntura. In: _____. *De um plano Collor a outro: estudo de conjuntura*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 125-169.